



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

ESTUDO PRELIMINAR Nº 26379609/2022-GTED/SR/PF/AP

Processo nº 08361.006099/2022-80

1. **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. O Documento de Formalização da Demanda GTED/SR/PF/AP (26177413) informou que este processo seria composto pelo seguinte item:

- Contratação de empresa especializada para recuperação do sistema de detecção e alarme de incêndio SR/PF/AP.

2. **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A equipe de planejamento será inicialmente composta pelos servidores:

- Sérgio Clodoaldo Santos Ferreira
- João Victor Melo Coutinho

3. **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O presente processo visa a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia para recuperar o sistema de detecção e alarme de incêndio existente na Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá. Tal sistema não é capaz de operar a algum tempo, devido a danos na fonte de alimentação e no anunciador remoto, o que causa vulnerabilidade na instalação predial. Além disso, o modelo da central de incêndio está obsoleto não possuindo suporte técnico, como também compatibilidade com os novos anunciadores remotos fornecidos no mercado.

3.2. A recuperação da capacidade operacional do sistema de detecção e alarme de incêndio é necessária para manter a segurança dos ocupantes do prédio, bem como a integridade do patrimônio público.

3.3. De forma geral, a justificativa da contratação encontra-se pormenorizada em 03 (três) aspectos: **Funcional, Técnico e Normativo**.

3.4. **Aspecto Funcional** - Necessidade de adequado funcionamento das instalações prediais e sistemas da Polícia Federal, como um meio para que a mesma atinja os seus fins:

3.4.1. A não execução da correta manutenção do sistema supracitado, objeto da presente licitação, pode trazer prejuízos ao andamento dos trabalhos do órgão, bem como transtornos que eventuais interrupções no funcionamento normal do órgão causariam a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços, como, por exemplo, a expedição de passaporte, processos relativos a estrangeiros; registro, porte e devolução de armas de fogo; segurança privada; produtos químicos; oitivas; dentre outros.

3.5. **Aspecto Técnico** – A Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (SR/AP) possui instalações prediais e sistemas que apresentam elevada complexidade, requerendo, para a adequada realização do serviço de manutenção predial, o emprego de conhecimentos técnicos especializados em manutenção predial.

3.5.1. Os sistemas devem ser inspecionados periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção preventiva e preditiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão.

3.5.2. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais instalações e sistemas necessitam de manutenção corretiva para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados.

3.6. **Aspecto Normativo** – Necessidade da contratação para atender às normas técnicas brasileiras, normas do corpo de bombeiros e demais leis e decretos técnicos e administrativos pertinentes.

3.7. Considerando a contemplação no PLANOB 2022/2023 da ação de: *Revitalização do sistema de detecção e alarme de incêndio da SR/PF/AP na cidade de Macapá- AP*, 1, DEMANDA prioridade 1.

3.8. Assim, justifica-se a contratação de empresa de engenharia para *recuperar o sistema de detecção e alarme de incêndio da SR/PF/AP*.

4. **ÁREA REQUISITANTE**

4.1. O Grupo Técnico em Edificações e o Setor de Administração e Logística Policial da SR/PF/AP demandaram o objeto.

5. **ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

5.1. A contratação do objeto em tela faz parte do Plano Anual de Obras 2022/2023 da Polícia Federal.

6. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e nos seus anexos.

- 6.2. Como requisitos *lato sensu*, a contratação deve contemplar o seguinte:
- 6.2.1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;
 - 6.2.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;
 - 6.2.3. Dimensionar corretamente a quantidade do serviço a ser contratado e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;
 - 6.2.4. Célere instrução do processo de modo a evitar solução de continuidade na prestação dos serviços.
- 6.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 6.4. A empresa deverá atender aos critérios de qualificação econômica, às exigências jurídicas e de regularidade fiscal e trabalhista, conforme disciplinado no edital.
- 6.5. A empresa deverá comprovar sua capacidade técnica e especialização por meio da apresentação dos comprovantes e documentos descritos em item específico do Termo de Referência.
- 6.6. Dimensionar corretamente o valor total da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível.
- 6.7. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos.
- 6.8. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estarão previstas no Termo de Referência.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

- 7.1. Considerando a necessidade da Administração, analisou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da SR/PF/AP. Dentro do possível elas foram incorporadas à contratação em análise.
- 7.2. É preciso registrar, inicialmente, que não há servidores no quadro funcional da SR/PF/AP para a execução direta dos serviços demandados, impedindo, portanto, o aproveitamento de recursos humanos próprios para a sua execução, não restando, portanto, alternativa à Administração a não ser a terceirização de tais serviços.
- 7.3. Dado o exposto, optou-se pela contratação de empresa especializada em engenharia para a execução do serviço.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- 8.1. As quantidades da contratação serão parte integrante do Projeto Básico de Engenharia desenvolvido pelo Grupo Técnico em Edificações da SR/PF/AP.

9. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor estimado total da contratação será estabelecido no Projeto Básico de Engenharia, no qual indicará o preço máximo aceitável de cada item a ser adquirido, de acordo com a pesquisa de preço realizada.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 10.1. A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica capaz de executar em sua totalidade a execução do serviço de engenharia para substituir todos os componentes danificados do sistema de detecção e alarme de incêndio da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (SR/PF/AP)
- 10.2. Tal solução, considera-se adequada para o desempenho dos trabalhos da Polícia Federal, gerando maior segurança para os servidores e usuários do prédio, uma vez que o sistema de detecção e alarme de incêndio é um recurso de prevenção a incêndio e atualmente não está funcionando.

11. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

- 11.0.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do Art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.
- 11.0.2. No caso em tela, de acordo com a Orientação Técnica OT - IBR 002/2009, a conservação, reparação, conserto, instalação e montagem de sistemas, são considerados serviços comuns de engenharia.
- 11.0.3. O levantamento das atividades a serem realizadas, indica que se tratam de serviços comuns, que poderão ser realizados por uma única empresa, gerando economia na mobilização de pessoal para a execução dos trabalhos.
- 11.0.4. Portanto, com relação à IN SEGES/MP 05/2017, ao § 1º art. 23 da Lei 8.666 / 1993 e à Súmula 247 – TCU, optou-se pelo **não parcelamento da licitação**, pois a existência de diferentes empresas realizando serviços assemelhados, subsequentes e complementares torna o contrato técnica, econômica e administrativamente desfavorável à Administração. O parcelamento poderá ocasionar prejuízo para o conjunto da solução e perda de economia de escala.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

- 12.1. Não se aplica na contratação em tela.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS PELA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Os resultados pretendidos pela contratação são:
- Aumentar o nível de segurança e proteção da edificação;

- Aumentar o nível de proteção aa pessoas.
- Melhorar o tempo de resposta no combate ao incêndio.
- Atender norma técnica brasileira (ABNT 17240);
- Atender norma técnica do corpo de bombeiros do Amapá (Nº 015/2020);

14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO**

- 14.1. O principal impacto ambiental da contratação será a geração de resíduos.
- 14.2. A fim de dar o devido tratamento, será previsto o descarte correto dos resíduos, conforme indicação legal.
- 14.3. A fiscalização da execução será responsável pelo acompanhamento e cobrança do devido descarte dos resíduos.

15. **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 15.1. Com base nesses estudos preliminares, entende-se ser a contratação viável.
- 15.2. A equipe de planejamento declara viável a contratação por haver disponível o projeto básico para a realização do serviço a ser contratado e previsão de valores no PLANOB 2022/ 2023.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA**, Agente de Polícia Federal, em 07/02/2023, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26379609** e o código CRC **DBE9E350**.